

FURTADO E KALECKI: O SUBDESENVOLVIMENTO E A LUTA DE CLASSES

José Mário dos Santos¹

RESUMO

A partir da tecnologia inadequada utilizada pelos países subdesenvolvidos nos processos de industrialização, podemos apontar para uma convergência entre os escritos de Kalecki e o pensamento de Furtado sobre um “desemprego estrutural” nesses países. Também ao analisar as ideias do autor brasileiro que destaca que a elite “culturalmente colonizada” dificulta a adoção de um projeto nacional de desenvolvimento ao adotar padrões de consumo dos países centrais, imaginamos que dá para fazer uma conexão com a análise de Kalecki pelo fato de este autor atribuir um papel importante à tributação dos bens de luxo para utilizar os recursos como investimento nas indústrias que produzem bens para a massa da população. No entanto, os dois autores reconhecem a inviabilidade política de tal empreitada.

Palavras-chave

subdesenvolvimento; progresso técnico; pleno emprego.

ABSTRACT

From the inadequate technology used by developing countries in their industrialization processes, we can point to a convergence between the writings of Kalecki Furtado and thought about a “structural unemployment” in these countries. Also to analyze the ideas of Brazilian author who emphasizes that “culturally colonized” elite hampered the adoption of a national development project to adopt consumption patterns of the core countries, imagine giving to make a connection with the analysis of Kalecki because this author of considerable importance to taxation of luxury goods to use paper resources as an investment in industries that produce goods for the mass of the population. However, the two authors acknowledge the political impossibility of that endeavor.

Keywords

underdevelopment; technical progress; full employment.

¹ Graduado em Ciências Econômicas pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas – Isca. Pós-graduado (Lato Sensu) em Gestão do Comércio Exterior pela Universidade Metodista de Piracicaba – Unimep.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a correlação entre os escritos de Michal Kalecki a respeito dos problemas políticos para a superação do subdesenvolvimento e a escola latino-americana que trata o tema, comparando-os, sobretudo com o pensamento de Celso Furtado. Assim como Furtado, Kalecki confere muito mais ênfase do que Keynes ao elemento político presente no desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, colocando em seu centro o problema da divisão da renda entre as classes sociais².

Para Kalecki, seria possível tecnicamente aos países subdesenvolvidos adensar, no processo de industrialização, através de uma política levada a cabo pelo Estado, que contemplasse gastos em investimento público e tributação progressiva, em que se taxariam bens não essenciais, para subsidiar o consumo da população de baixa renda. No entanto, o entrave para esta questão se dá no âmbito político da luta de classes, pois a elite do país resistiria politicamente a essa intervenção econômica por dois motivos básicos: (a) o desenvolvimento alcançado por esse país colocaria a economia numa situação próxima de pleno emprego, que seria alcançado incorporando a população de baixa renda ao processo de consumo de massa; o que a tornaria mão de obra não disciplinada diante dos interesses do capital; e (b) tributar o consumo dos bens da elite do país para subsidiar o consumo de outra classe política representaria intervir no livre jogo das forças de mercado, em que cada indivíduo tem que se esforçar para buscar os recursos para consumir.

Nesses mesmos moldes, Furtado também aponta para o fato político de a classe dominante copiar o padrão de consumo dos países centrais, primeiramente na fase primário-exportadora - período em que as divisas obtidas com exportações eram gastas com importações de bens de consumo sofisticado. E depois, na fase de industrialização, quando essa mesma dependência cultural orientou o processo de implantação da indústria para produzir internamente os bens antes importados.

A incorporação dos métodos produtivos explica a condição de subdesenvolvimento. Por se valer de uma “tecnologia inadequada”, o processo de industrialização foi conduzido pela elite política na perspectiva de utilizar técnicas produtivas modernas, que não tinham relação nem com a cultura nem com o nível de acumulação de capital brasileiro, que, por serem intensivos em capital, poupavam mão de obra e mantinham os salários baixos, dado o enorme estoque de trabalhadores; e não desenvolviam o consumo de massa.

É aqui que entra a similaridade com o pensamento kaleckiano, pois a

2 Versiani (1988) aborda algumas ideias em relação à influência de Keynes, especialmente a “Teoria Geral” no desenvolvimento do pensamento da Cepal. O autor vê algumas similaridades formais entre as proposições de Keynes e da Cepal, como, por exemplo, atribuir um papel muito mais amplo à ação governamental e a negação da “mão invisível”. Na visão da Cepal, no esquema de divisão internacional do trabalho, baseado nas vantagens comparativas, não havia lugar para industrialização dos países periféricos. O livro de Keynes trouxe a ideia básica de que o livre-cambismo e o automatismo dos mercados não funcionavam. Como mostra Versiani (1988, p. 44-45) a literatura da Cepal enfatiza o papel fundamental do governo, assim como propõe Keynes na “Teoria Geral”. Keynes fornecia justificativa teórica para o protecionismo, considerado como um instrumento de política econômica, mantenedor do pleno emprego, assim como os escritos da Cepal.

solução não era técnica, mas sim política - luta entre interesse de classes - uma vez que a tributação desses bens modernizados poderia se dar em favor do desenvolvimento do mercado para classe de renda mais baixa. Mas, como revela Furtado, a elite resistiria a qualquer política que não fosse compatível com os seus interesses; à elite brasileira interessava comandar o processo de industrialização com subsídios para implantação de indústrias que produziriam bens para reproduzir o mesmo padrão de consumo dos países centrais, a despeito do interesse do conjunto da sociedade, da nossa cultura e do nosso nível de desenvolvimento.

O artigo será apresentado em cinco itens. O primeiro foi apresentado acima como uma breve introdução. No segundo item será mostrado a teorização de Celso Furtado a respeito da origem histórica do subdesenvolvimento e sua relação com a dependência cultural de nossa elite. Em seguida (item 3), abordaremos o pensamento de Michal Kalecki sobre os aspectos políticos da criação e manutenção do pleno emprego; destaca-se também que o problema dos países subdesenvolvidos não é a insuficiência de demanda, mas sim a falta de capacidade adequada para absorver a força de trabalho. O item 4, por sua vez, destina-se a tentar traçar uma convergência teórica entre as observações de Furtado e Kalecki pelo fato de ambos reconhecerem que a solução para a superação do subdesenvolvimento não é uma questão técnica, mas sim estritamente política. Por fim, como considerações finais, sintetizaremos as principais ideias discutidas ao longo deste artigo.

2. CELSO FURTADO E A ORIGEM HISTÓRICA DO SUBDESENVOLVIMENTO

Para entender a forma pela qual Furtado teoriza sobre a superação do subdesenvolvimento, é preciso compreender o significado histórico do subdesenvolvimento para o autor. De acordo com Furtado (1974, p. 77), a origem histórica do subdesenvolvimento está relacionada com a forma que se deu a divisão internacional do trabalho no contexto da Revolução Industrial - que se originou na Inglaterra. Nações subdesenvolvidas são caracterizadas por formações sociais marcadas por grande heterogeneidade tecnológica, desigualdades na produtividade do trabalho entre áreas rurais e urbanas e uma proporção relativamente estável da população vivendo ao nível de subsistência - subemprego. Estas economias estão intimamente ligadas a como o capitalismo cresceu e se difundiu desde o seu começo³.

A inserção de uma agricultura de subsistência em um sistema mais amplo de divisão social do trabalho, ou seja, a transformação em uma agricultura comercial, não significa abandonar os métodos tradicionais de produção. No caso do Brasil, o excedente foi parcialmente apropriado no interior; seu princi-

³ A aceleração da acumulação de capital e o aumento da produtividade do trabalho nos países periféricos, em que a atividade mais rentável era o comércio exterior, assim como a inserção de um fluxo de novos produtos originários da indústria dos países centrais, deu origem a um complexo sistema de divisão internacional do trabalho (FURTADO, 1974, p. 77).

pal destino consistiu segundo Furtado (1974, p. 78):

[...] em financiar uma rápida diversificação dos hábitos de consumo das classes dirigentes, mediante a importação de novos artigos. Este uso particular do excedente adicional deu origem às formações sociais atualmente identificadas como economias subdesenvolvidas.

O capitalismo industrial levou certos países - os que lideravam o processo de industrialização - a se especializarem naquelas atividades em que os métodos produtivos penetravam mais rapidamente; outros a se especializar em atividades em que esses avanços técnicos eram insignificantes. A lei das vantagens comparativas, ilustrada por Ricardo, proporciona uma justificativa teórica sólida para a especialização internacional⁴, mas deixava uma extrema disparidade na difusão do progresso produtivo e criava o novo excedente da periferia que não se conectava com o processo de formação de capital. Esse excedente era principalmente destinado a financiar a difusão, na periferia, dos novos padrões de consumo que estavam surgindo no centro do sistema econômico mundial.

Os países periféricos foram transformados em importadores de novos bens de consumo, fruto da acumulação de capital e do progresso técnico que se irradiava nos países centrais. A adoção de novos padrões de consumo no Brasil seria extremamente irregular, dado que o excedente era apropriado por uma minoria restringida. Furtado (1974, p. 80) entende que:

[...] a existência de uma classe dirigente com padrões de consumo similares aos países centrais onde o nível de acumulação de capital era muito mais alto e impregnado de uma cultura cujo elemento motor é o progresso técnico, transformou-se, assim, em fator básico na evolução dos países periféricos.

A utilização do excedente ligado à adoção de novos padrões de consumo copiados de países em que o nível de acumulação é muito alto caracteriza a dependência cultural que está na base de reprodução das estruturas sociais dos países subdesenvolvidos. Para Furtado (1974, p. 85), no processo de industrialização na periferia, colocavam-se duas alternativas: (a) aumentar a produção de bens de uso popular em que são empregados recursos mais abundantes (terra e trabalho não especializado); aumentar o consumo desses bens significa difundir o uso de produtos já conhecidos, cuja produção muito provavelmente estava na fase de rendimentos crescentes; e (b) expandir o consumo dos ricos significava introduzir novos produtos na cesta de bens, o que requeria a utili-

4 De acordo com Pellegrino (2005, p. 81-82), o principal legado da teorização do subdesenvolvimento proposta pela Comissão Econômica para América Latina (Cepal) está na identificação da existência do sistema "centro-periferia" no quadro do capitalismo mundial para contestar a lei das vantagens comparativas. Por meio da análise desse sistema, Prebisch procurou demonstrar que a difusão internacional do progresso técnico e dos benefícios dele teria ocorrido de modo diferenciado entre os países do "centro" (de industrialização avançada) e da "periferia" (primário-exportador), deixando-os crescentemente distanciados em termos de desenvolvimento econômico e social. O centro estava se apossando dos frutos do progresso técnico em medida superior à lograda nas nações periféricas, colocando em xeque a teoria clássica baseada nas vantagens comparativas da "divisão internacional do trabalho".

zação de recursos relativamente mais escassos (trabalho especializado, divisas e capital). Nos países periféricos, o processo de “colonização cultural” se explica na ação convergente das classes dirigentes locais, interessadas em modernizar o padrão de consumo, e dos grupos do centro, cujo interesse principal é criar e ampliar mercados para o fluxo de novos produtos oriundos da Revolução Industrial. Uma vez estabelecida esta conexão, está aberto o caminho para a introdução de todas as formas de “intercâmbio desigual”, que historicamente caracterizam as relações entre centro e periferia do sistema capitalista.

Na fase primário-exportadora, a diversificação de consumo da minoria modernizada podia ser financiada com o excedente gerado pelas vantagens comparativas do comércio exterior. Na fase de industrialização por substituição de importações⁵, a extrema disparidade entre os níveis de consumo da classe modernizada e da massa da população deverá se incorporar ao aparelho produtivo. Se a situação de dependência está sendo permanentemente reforçada, através da introdução de novos produtos (cuja produção requer o uso de técnicas cada vez mais sofisticadas e dotações crescentes de capital), torna-se evidente que o processo de industrialização depende de uma crescente concentração de renda.

Uma boa resposta sobre a incapacidade do processo de industrialização por substituição de importações em superar o subdesenvolvimento no Brasil pode ser encontrada na teorização de Celso Furtado. Em *O mito do desenvolvimento econômico*, Furtado (1974) diz que a forma como o progresso técnico é incorporado na periferia é determinante da evolução socioeconômica desses países, pois a adoção de padrões de consumo sofisticados sem o correspondente processo de acumulação de capital e evolução dos métodos produtivos reproduz a condição de subdesenvolvimento. Essa modernização ganha feição mais clara no processo de industrialização no Brasil: a produção de um conjunto de bens que são consumidos pelas elites modernizadas implica no uso de uma tecnologia própria do centro, que não possui relação com o nível de acumulação de capital alcançado pelo país, mais sim com o perfil da demanda.

A imposição de métodos produtivos com alta densidade de capital orientados pela tecnologia dos países centrais faz com que os salários permaneçam próximos ao nível de subsistência, mesmo com o aumento da produtividade do trabalho. Esse processo de acumulação de capital, por valer-se de “tecnologia inadequada”⁶ não gera escassez de mão de obra, e, por isso, não é capaz de absorver o excedente de mão de obra marginalizado do mercado de trabalho

5 A industrialização por substituição de importações constituiu certamente um avanço ao que se havia feito anteriormente, mas não significou uma mudança qualitativa; as novas atividades orientaram-se pela demanda final, como um edifício que se constrói de cima para baixo. (FURTADO, 1980, p. 127)

6 Conforme nos mostram Motta e Albuquerque (2007), um ponto importante da reflexão de Furtado é a articulação entre a inadequação da tecnologia e a polaridade modernização-marginalização. A construção combinada dos sistemas de inovação e bem-estar social pode ser introduzida a partir da questão da seleção de técnicas em função de objetivos sociais explícitos. O principal passo deve ser a desobstrução de um arranjo institucional profundamente enraizado, útil para classes sociais e setores que permitem grandes lucros para uma pequena parcela da população. A superação da barreira do subdesenvolvimento passa pela combinação entre a “homogeneidade social” e a “criação de um sistema produtivo eficiente, dotado de relativa autonomia tecnológica”.

(SAMPAIO Jr., 1999, p. 176). A existência do sistema centro-periferia não é condição suficiente para o subdesenvolvimento, pois o atraso material em relação às economias centrais não implica necessariamente que a incorporação do progresso técnico não possa ser feita segundo uma escala de prioridade que leve em consideração os interesses estratégicos da nação. “Para Furtado, a posição periférica só gera subdesenvolvimento nas sociedades em que as decisões intertemporais de gasto se divorciam das necessidades do conjunto da população e da dotação de recursos econômicos do país.” (SAMPAIO Jr., 1999, p. 176)

A partir de 1964, deu-se início a reformas estruturais visando eliminar os pontos de estrangulamento do processo de industrialização por substituição de importações no Brasil, que basicamente consistiu em concentrar ainda mais a renda e aprofundar as desigualdades sociais. A primeira linha de ação é fundamental: como fazer crescer a demanda de bens duráveis de consumo? O caminho assumiu a forma de um esforço direto de concentração voluntária da renda mediante arrocho salarial.

Em síntese: na segunda metade dos anos 60, o caminho utilizado consistiu principalmente em dinamizar a demanda da classe média alta, isto é, em fazer com que a capacidade de compra desse grupo crescesse em termos absolutos e relativos, o que foi obtido mediante formas de financiamento, que implicavam em subsídios ao consumo, e transferências, para essa classe, de títulos de propriedade e de crédito que lhe asseguravam situação patrimonial mais sólida e a perspectiva de maior renda futura. (FURTADO, 1972, p. 41).

Em outras palavras: criaram-se privilégios para a classe média habilitada que se pretendia dinamizar e permitia ampliar de forma considerável a demanda de bens duráveis. Essa queda de crescimento no início da década de 1960 causou uma grande controvérsia, pois Furtado (1966), no livro *Desenvolvimento e estagnação na América Latina*, apresenta a tese sobre a estagnação econômica como uma tendência que afetaria as economias latino-americanas em geral⁷. Furtado vincula a estagnação econômica à forma como foi conduzido o processo de industrialização por substituição de importações. O desenvolvimento econômico latino-americano apresenta características distintas das economias capitalistas desenvolvidas, em que o progresso tecnológico constitui não somente o fator básico do crescimento, mas também o elemento fundamental da própria estabilidade social. Nos países latino-americanos, após um longo período de integração nos mercados internacionais, mediante a exportação de produtos primários, isto é, com uma utilização mais intensiva de fatores abundantes (mão-de-obra e recursos naturais), os países tiveram

⁷ Embora muitos autores revelem que a tese de Furtado quanto à estagnação se revelou equivocada em seguida, na medida em que as economias latino-americanas entraram em novo ciclo de desenvolvimento, Bresser-Pereira (2007, p. 74) mostra que: “o equívoco, entretanto, revelar-se-ia afinal, relativo acerto. O ciclo de desenvolvimento, que então se iniciava, foi artificialmente financiado pela dívida externa - uma dívida que tornou as economias latino-americanas prisioneiras do capital financeiro internacional e que, afinal, levou-as à grande crise de 1980 e a quase estagnação que até hoje perdura”.

que buscar o caminho da diversificação das estruturas econômicas para recuperar um adequado crescimento. A industrialização latino-americana não é o resultado da intenção consciente de romper com os esquemas tradicionais da divisão internacional do trabalho⁸. Ela tomou impulso durante o período de depressão nos mercados internacionais primários, como forma de defender e manter a renda nacional (FURTADO, 1966, p. 6-7)⁹.

Segundo Furtado, o marco institucional que prevalece na América Latina cria padrões de distribuição de renda responsáveis por formas de comportamento incompatíveis com a utilização mais racional dos recursos disponíveis. Existe um conflito entre interesses dos grupos que controlam o processo de formação de capital e os da coletividade como um todo, sempre que se admita que esta última aspire maximizar o bem-estar social. Como o primeiro grupo ocupa todas as posições estratégicas de poder, os sinalizadores políticos se mostram inadequados para registrar as tensões estruturais, assim, os órgãos de decisão política carecem da necessária funcionalidade para promover a remoção dos obstáculos ao desenvolvimento.

De acordo com Furtado (1966, p. 79-81), finalizada a fase de substituição de atividades tradicionais, a industrialização vai se restringindo à substituição de bens mais rentáveis, dando início assim à substituição dos bens duráveis de consumo e dos bens de capital. Esses setores concentram um maior volume de investimentos - com um coeficiente de capital por trabalhador mais elevado que as atividades tradicionais e menor absorção de mão de obra - e tendem a reduzir a taxa de crescimento da economia, na medida em que provocam um declínio na relação produto/capital, em consequência de se orientar os investimentos para indústrias cada vez mais exigentes, do ponto de vista de dimensões do mercado¹⁰.

As economias da região passaram a funcionar com dois setores: um setor pré-capitalista de caráter semifeudal em conjugação com um setor industrial que absorve uma tecnologia caracterizada por um elevado coeficiente de capital - que não foi capaz de alterar o padrão de distribuição de renda - e tende

8 Em seu artigo clássico, Prebisch (1949, p. 71-2) revela que é certo que o raciocínio referente aos benefícios econômicos da divisão internacional do trabalho é de incontestável validade teórica, mas a premissa em que se baseia é desmentida pelos fatos. Segundo essa premissa, o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade, seja por meio da queda dos preços ou de aumento correspondente da renda mediante o intercâmbio internacional; os países de produção primária conseguem sua parte desse fruto.

Assim, não precisam se industrializar; ao contrário, a menor eficiência os faria perder os benefícios clássicos do intercâmbio. Na avaliação de Prebisch (1949, p. 80-1), o progresso técnico foi mais acentuado na indústria do que na produção primária dos países da periferia entre 1860 e 1970. Se os preços tivessem caído em consonância com o aumento da produtividade, a queda teria que ser menor nos produtos primários que nos industrializados, de modo que a relação entre ambos teria melhorado em favor dos países da periferia, à medida que caíssem os preços dos bens industrializados em virtude da maior produtividade destes. Se isso tivesse acontecido, os frutos do progresso técnico ter-se-iam distribuído equitativamente no mundo inteiro, segundo o pressuposto implícito no esquema da divisão internacional do trabalho e a América Latina não teria nenhum benefício econômico em sua industrialização.

9 Enquanto o desenvolvimento na modalidade do capitalismo clássico criou condições de estabilidade social e abriu as portas ao reformismo, a situação dos países latino-americanos é completamente diversa: a própria penetração da técnica engendra a instabilidade social e agrava os antagonismos naturais de uma sociedade estratificada em classes. (FURTADO, 1966, p. 13)

10 Na concepção de Furtado (1966, p. 39), a regra dentro das condições presentes na América Latina tende a ser o monopólio ou oligopólio e uma progressiva concentração da renda, a qual, por seu lado, ao condicionar a composição da demanda, orienta os investimentos para indústrias de elevado coeficiente de capital e mais exigentes em relação às dimensões de mercado; esse tipo de industrialização substitutiva tende a perder impulso quando se esgota a fase de substituições "fáceis" e eventualmente provoca a estagnação.

a orientar a aplicação dos recursos produtivos de forma a reduzir a eficiência econômica destes, concentrar ainda mais a renda (aprofundando a herança da economia primário-exportadora) e provocar diretamente a estagnação. A crescente concentração da renda tem como contrapartida uma população subempregada que se destina às zonas urbanas, não sendo capaz de criar um mercado de massas socialmente integrado, deixando essas pessoas à margem do processo de ganho de bem-estar social e trazendo tensões sociais que, por si, são capazes de tornar inviável o processo de crescimento.

Já para Tavares e Serra (1971), a crise pela qual a economia passava em meados da década de 1960 estava relacionada, do ponto de vista estrutural, com o esgotamento do dinamismo dos investimentos levados a cabo no Plano de Metas, que havia utilizado as reservas de mercado preexistentes, propiciando uma expansão da renda e uma diversificação do consumo; portanto, necessitava de um conjunto de novos projetos de investimentos que pudessem ser introduzidos numa sequência temporal adequada. O problema consistia no fato de que a distribuição da renda se apresentava extremamente concentrada, em benefício de uma minoria, limitando, assim, a diversificação e a expansão do consumo dos grupos médios, mas os autores não viam problema nisso, pois era exatamente o consumo desse grupo que poderia permitir um melhor aproveitamento da capacidade instalada, com importantes efeitos de encadeamento. Tudo leva a crer que as possibilidades de crescimento estavam limitadas pela falta de recursos para financiar novos investimentos e de demanda que os tornasse rentáveis. Nessas circunstâncias, a solução para o sistema consistia em alterar a composição da demanda, redistribuindo a renda para cima, a favor das camadas médias e altas, e até mesmo comprimindo as remunerações da massa de trabalhadores menos qualificados¹¹.

3. KALECKI E OS ASPECTOS POLÍTICOS DO PLENO EMPREGO

O professor Jorge Miglioli (1980) destaca que Kalecki não estava preocupado apenas com o crescimento da renda nacional. A preocupação maior era com a melhora do nível de vida da população mais pobre. O aumento do investimento necessário para o crescimento da renda nacional deveria ser acompanhado de perto pelo aumento da produção de bens essenciais de consumo, necessário para melhorar o nível de vida das camadas mais pobres da população.

Num artigo de 1944, Kalecki descreve aquilo que seriam as três maneiras para atingir e manter o pleno emprego numa economia capitalista. Para

¹¹ Segundo Sampaio Jr. (1999, p. 49-50), o artigo destes autores: “marca a ruptura com o modo de interpretar as relações contraditórias entre desenvolvimento nacional e anacronismos de sociedade colonial. Ao abstrair os condicionantes socioculturais que caracterizam a especificidade dos espaços econômicos nacionais, o novo enfoque reduziu a discussão do desenvolvimento nacional a uma questão pura e simples de dinâmica capitalista, ignorando que um dos grandes dilemas do desenvolvimento nacional consiste exatamente em conciliar valorização do capital e solidariedade orgânica entre as classes sociais. Considerada mero resíduo da sociedade colonial, a superpopulação excedente marginalizada do mercado de trabalho torna-se um problema desvinculado dos determinantes do desenvolvimento econômico”.

isso, ele considera um sistema econômico fechado, mas isso não significa que o autor negligencia os problemas do comércio exterior na discussão do pleno emprego, os quais apresentam talvez as maiores dificuldades práticas. O autor polonês prefere abstrair deles para poder deixar claro os problemas teóricos fundamentais do pleno emprego. Ele trata da geração da adequada demanda efetiva para assegurar e manter o pleno emprego. Os caminhos para isso são: (a) gasto do governo em investimento público ou subsídios ao consumo popular (auxílio às famílias, redução da tributação indireta, subsídios para manter baixos os preços dos bens de subsistência); (b) pelo estímulo ao investimento privado (através de uma redução na taxa de juros, diminuição do imposto de renda, ou outras medidas que auxiliem o investimento privado); e (c) pela redistribuição da renda das classes mais altas para as de mais baixa renda. (KALECKI, 1944, p. 76)

O primeiro e o terceiro métodos são os mais adequados para se manter o pleno emprego, segundo o autor polonês. O gasto público gera demanda efetiva da seguinte maneira: o governo realiza investimentos públicos que não concorrem como investimento privado (por exemplo, constrói escolas, rodovias, hospitais etc.) ou subsidia o consumo popular (pagando auxílio às famílias, reduzindo os impostos indiretos ou dando subsídios para manter baixos os preços dos bens de subsistência). Segundo Kalecki (1944, p. 92), a redistribuição de renda é o terceiro caminho sugerido para se atingir o pleno emprego. A ideia é a de que quando a renda é transferida dos que recebem renda mais elevada para os de renda mais baixa, o consumo total aumenta porque o pobre tem maior propensão a consumir do que o rico. Pode-se aumentar o imposto sobre a renda dos ricos e simultaneamente reduzir a tributação dos bens essenciais de consumo ou pagar igual montante auxílio às famílias, aumentando a propensão média a consumir.

Para Kalecki (1943, p. 54), a manutenção do pleno emprego por meio do investimento público concentra-se somente nos aspectos econômicos, sem se dar a devida atenção às realidades políticas. Ele afirma que é falsa a suposição de que o governo manterá o pleno emprego se souber como fazê-lo. Com relação a isso, é de fundamental importância a desconfiança dos empresários acerca da manutenção do pleno emprego por meio da intervenção estatal. O autor lembra que essa atitude foi mostrada claramente na grande depressão dos anos 1930, quando os grandes empresários se opuseram firmemente às experiências de aumento de emprego através do gasto público em todos os países - com exceção da Alemanha nazista.

Kalecki (1943, p. 54-5) aponta os motivos para a oposição dos empresários ao pleno emprego obtido por meio do gasto público: (a) a reprovação à interferência pura e simples do governo no problema do emprego; (b) a reprovação à direção da despesa do governo (para investimento público e subsídio ao consumo); e (c) a reprovação às mudanças sociais e políticas resultantes da manutenção do pleno emprego. Todo aumento da atividade estatal é encarado com suspeita pelo "mundo dos negócios", mas a criação de emprego tor-

na a oposição particularmente intensa. Em um sistema de *laissez-faire*, o nível de emprego depende, em grande parte, do chamado estado de confiança. Se este se deteriora, o investimento privado declina - o que resulta numa queda do produto e do emprego; e isso dá aos capitalistas um instrumento poderoso de controle indireto sobre o governo, porque qualquer política econômica que abale o estado de confiança pode causar uma crise econômica. A função social da doutrina da "finança sadia" é fazer com que o nível de emprego dependa do estado de confiança.

Para Kalecki, os princípios econômicos da intervenção estatal requerem que o investimento público não concorra com os investimentos privados. Existe também o perigo de o governo nacionalizar alguns setores da indústria, então, os empresários poderiam ser mais favoráveis ao subsídio ao consumo popular do que ao investimento público. Porém, o autor afirma que o subsídio ao consumo popular é muito mais combatido do que o investimento público, porque coloca-se aqui um princípio "moral" de alta importância dos fundamentos capitalistas: você tem que ganhar o seu sustento através do próprio esforço. Mesmo se superasse essas questões políticas, Kalecki sustenta que a manutenção do pleno emprego causaria mudanças sociais e políticas que dariam um novo impulso à oposição a tal política, pois a demissão do trabalhador deixaria de exercer a função de medida disciplinar. A posição política dos patrões seria minada e abrir-se-iam as portas para a consciência da classe trabalhadora com greves e reivindicações salariais e melhores condições de trabalho, o que resultaria numa tensão política muito forte. Assim, "os líderes empresariais apreciam mais a "disciplina nas fábricas" e a "estabilidade política" do que os lucros [...] o desemprego é uma parte integrante do sistema capitalista normal" (KALECKI, 1943, p. 56). A única coisa que os empresários aceitam é uma intervenção governamental em caso de depressão, mas não aceitariam uma política para obter o pleno emprego.

Quanto às economias subdesenvolvidas, Kalecki (1968a, p. 132) revela que o problema crucial delas não é só a deficiência da demanda efetiva, mas sim a falta de capacidade adequada, que não é capaz de absorver a força de trabalho disponível e gerar níveis de renda compatíveis com as necessidades da população, o que resulta em um padrão de vida muito baixo para a sociedade; não para todo mundo, é claro, mas certamente para as amplas massas da população. Daí a necessidade, como revela o autor, de adequar a dotação de capital para tornar factível a busca pelo pleno emprego. Os países subdesenvolvidos deveriam aumentar consideravelmente o investimento para acelerar a expansão de suas estruturas produtivas, indispensável ao crescimento da renda nacional.

De acordo com Kalecki (1968a, p. 132-133), haverá, portanto, três importantes obstáculos para se conseguir isso: (a) o investimento privado pode se mostrar insuficiente; (b) disponibilidade de recursos insuficiente para promover mais investimentos; e (c) insuficiência de suprimentos adequados de bens de consumo para cobrir a maior demanda resultante do crescimento do

emprego provocado pelos investimentos. Para este autor, porém, tais fatores seriam tecnicamente contornáveis: o investimento público pode desempenhar um papel complementar se o investimento privado for insuficiente. Os recursos para compra de bens de investimentos podem ser obtidos com importações facilitadas pela redução das importações de bens não essenciais, o que poderia ser obtido com a adoção de impostos progressivos, isto é, tributos incidentes sobre as camadas mais ricas da sociedade.

Essa é uma solução teórica e técnica do problema do desenvolvimento equilibrado numa economia subdesenvolvida, segundo Kalecki (1968a, p. 134-135). Contudo, tal solução encontrará grandes obstáculos políticos. O primeiro obstáculo surge simplesmente da tentativa de introduzir alguma espécie de planificação na economia, pois seria necessário planificar o volume e também a estrutura do investimento, pois uma apropriada aplicação de investimento na produção de bens essenciais, bens não-essenciais e bens de investimento é indispensável. Isso requer a intervenção governamental muito mais profunda do que a aplicada nas economias desenvolvidas, que objetivem a plena utilização de recursos. O governo terá de investir em todos os ramos da economia em que não haja investimento privado adequado e, de outro lado, o investimento privado terá de ser regulado para que os investimentos em alguns setores da economia não ultrapassem o nível planejado. Além disso, novos obstáculos políticos são encontrados na tributação adequada dos ricos e abastados para conseguir um alto nível de investimento público. A coleta de impostos nas economias subdesenvolvidas é muito difícil devido à evasão fiscal - que é imensa. Para Kalecki (1968a, p. 135-136), em teoria, muitos representantes das classes dominantes aprovam a necessidade de implementar as medidas em questão, mas quando a aplicação afeta os sagrados interesses deles, modificam radicalmente a posição política e uma imensa reação se desenvolve. Na realidade, a superação de todos os obstáculos ao desenvolvimento econômico, segundo o autor, significa mais do que a revolta criada no século XVIII pela Revolução Francesa. Assim, não é surpresa que essas medidas não sejam adotadas.

Neste artigo que vamos abordar (1953), Kalecki analisa o financiamento do desenvolvimento de um país subdesenvolvido, isto é, a mobilização de recursos. Segundo Miglioli (1977), este artigo, quando apareceu, constituía um estudo realmente original e foi um resumo das conferências pronunciadas por Kalecki, naquele ano, no Centro de Estudos Monetários Latino-Americano, no México. Para o professor Miglioli, esse estudo exerceu uma grande influência sobre a orientação teórica da Cepal. Para tal análise, o autor polonês divide a sociedade em três classes sociais: capitalistas, trabalhadores e pequenos proprietários (camponeses pobres, artesãos e pequenos comerciantes) e adota um modelo simplificado - o sistema econômico é fechado e a despesa e arrecadação do governo são negligenciáveis -, apesar de destacar que isso não corresponde à situação real nos países subdesenvolvidos. Estes dependem muito do comércio exterior e as despesas e arrecadação públicas são muito importantes, mas ele o faz assim por achar que importantes conclusões elu-

cidativas do mecanismo de financiamento do investimento - no decorrer do desenvolvimento econômico - podem ser tiradas.

Kalecki (1953, p. 141-143) supõe que tantos os pequenos proprietários como os trabalhadores não poupam. Ele divide a economia em dois setores: departamento I, que produz bens de investimento, e departamento II, que produz bens de consumo. Dessa forma, o valor da produção de cada setor será dividido em consumo e poupança. O consumo no departamento I é suprido pela produção do departamento II. Segundo o autor, isso acontece da seguinte forma: parte da produção de bens de consumo no departamento II é consumida nesse mesmo departamento pelos trabalhadores, pequenos proprietários e capitalistas, mas como estes últimos não consomem todos os lucros, surge um excedente de bens de consumo nesse departamento correspondendo à parte não consumida dos lucros, ou seja, a poupança neste departamento. Em outras palavras, o excedente de bens de consumo no departamento II é vendido aos trabalhadores do departamento I.

Essa equação pode ser encontrada na discussão dos esquemas de reprodução ampliada de Marx e mostra que o investimento financia a si próprio. Isso quer dizer que o investimento, caso seja financiado por crédito bancário ou pelas reservas líquidas da firma, quando levado a cabo, cria a contrapartida na poupança. Uma parte desta surge diretamente no departamento I; a segunda parte da poupança é o equivalente da venda do excedente de bens de consumo do departamento II aos trabalhadores e capitalistas do departamento I. Essas poupanças são realizadas pelos empresários que lucram com a demanda gerada pelo maior investimento. Para Kalecki (1953, p. 143-4), o volume de investimentos não tem limites financeiros; o problema real é se esse financiamento cria ou não pressões inflacionárias e o ponto crucial no problema é saber se as possibilidades de expansão da oferta de bens de consumo essenciais criam pressões inflacionárias em resposta à sua demanda.

Na visão de Kalecki (1953, p. 147), a expansão do investimento, ao mesmo tempo em que possibilita o aumento dos bens de produção (resultado de uma maior demanda), cria forte pressão sobre a oferta disponível de alimentos. A questão é que, numa economia subdesenvolvida, a produção agrícola é obstruída por uma gama de limitações, como as relações feudais e semifeudais no campo, assim como a dominação dos camponeses pobres pelos comerciantes e credores. Logo, uma aceleração radical da agricultura é impossível se não forem introduzidas mudanças institucionais substanciais. Se os camponeses não se beneficiarem dos aumentos dos preços dos alimentos - que, em grande medida vão para os grandes proprietários, comerciantes ou emprestadores de dinheiro -, então, a rigidez da oferta de alimentos pode levar à subutilização das capacidades produtivas em setores de consumo não alimentar, pois a diminuição dos salários reais, devido ao aumento dos preços dos alimentos, não terá como contrapartida o acréscimo da procura por parte da zona rural de bens de consumo em massa; esses lucros adicionais serão usados na aquisição de bens de luxo.

Para Kalecki, nem uma reforma agrária seria suficiente, porque, como mostra a experiência, permanece o domínio dos camponeses pelos emprestadores de dinheiro e comerciantes; para não falar da fraude à própria reforma. De acordo com Kalecki (1968a, p. 135):

é perfeitamente claro que a superação dos obstáculos às mudanças institucionais mantidos pelas classes privilegiadas é problema de solução mais difícil do que o truque financeiro para salvar a deficiência da demanda efetiva, crucial para as economias desenvolvidas.

Uma política econômica, de acordo com Kalecki (1960b, p. 138), deve ter como base dois elementos bastante diferentes entre si: (a) uma proporção correta entre a taxa de crescimento da renda nacional e a taxa de crescimento da oferta de bens de consumo essenciais; (b) uma política tributária capaz de restringir o consumo de bens não essenciais em um volume que forneça recursos suficientes para financiar o investimento. Um aumento na renda nacional requer um incremento da produção agrícola, no entanto, tal expansão é uma tarefa que, segundo Kalecki (1960b, p. 139), requer mudanças de longo alcance nas condições sociais e econômicas predominantes na agricultura.

4. AS SIMILARIDADES TEÓRICAS ENTRE O PENSAMENTO DE CELSO FURTADO E MICHAL KALECKI

É possível notar uma convergência entre as observações de Kalecki e considerações presentes nas formulações teóricas dos autores latino-americanos ligados à Cepal, apesar de não haver citações cruzadas entre eles. Celso Furtado, em um pequeno artigo de 2000, menciona que conheceu Michal Kalecki nos começos dos anos 1950, quando visitou a sede da ONU, em Nova York, em companhia do economista mexicano Juan Noyola. Furtado revela que ambos tinham grande admiração pelo autor polonês, cujo valor era reconhecido no mundo acadêmico dos dois lados da nascente Cortina de Ferro. O secretariado das Nações Unidas trabalhava com grande independência, sem sofrer qualquer tutela ideológica, lembra o autor brasileiro. Nessa época, a Cepal acabava de lançar o famoso manifesto redigido por Raúl Prebisch, que ficaria conhecido como marco fundador do estruturalismo latino-americano.

Kalecki se mostrou bem informado sobre o que os estruturalistas estavam fazendo na América Latina e chamou a atenção destes para pesquisa na mesma direção em curso em outras regiões do mundo subdesenvolvido. Alguns anos depois, Furtado, em contato com Joan Robinson e Nicholas Kaldor, em Cambridge, percebeu a importância da contribuição de Kalecki para a construção da teoria econômica que veio a prevalecer no século XX. Para Furtado, o trabalho intelectual de Kalecki pareceu-nos mais sedutor porque, a diferença de Keynes, não partia do tronco marshalliano para construir a teoria da

demanda efetiva. Partindo de Marx e Rosa Luxemburgo, ele chegara por conta própria e com antecedência no tempo a resultados similares aos de Keynes.

Por intermédio do pensamento de Furtado e Kalecki, podemos chegar à conclusão de que a economia não é uma ciência eminentemente técnica, mas sim que muito dos seus problemas dependem de soluções na esfera política. É aí que nos deparamos com as maiores dificuldades, pois as classes dirigentes que influenciam as decisões do governo impedem as transformações sociais e políticas que poderiam melhorar as condições de vida da maioria da população dos países subdesenvolvidos.

Na exposição de Furtado, fica claro que, no caso do Brasil, a opção política da classe dirigente¹² moldou a estrutura socioeconômica que se originou na dependência cultural, ou seja, na forma de produzir os padrões de consumo dos países centrais. Utilizando as observações de Kalecki, vemos que este autor também fala da necessidade de se taxar os bens não essenciais, como forma de frear o consumo e liberar recursos para investimentos na produção de bens de consumo para a ampla massa da população. No entanto, as proposições dos dois autores esbarram na questão política, porque a classe dirigente, que participa das decisões do governo, não iria sacrificar seus desejos de consumo para beneficiar a sociedade como um todo; em vez de taxar os seus bens de consumo, a classe dirigente utilizou-se do governo para influenciar as decisões políticas e conceder incentivos e proteção para produzir esses bens de consumo de luxo.

Apesar de Kalecki nos dizer que uma política de pleno emprego nos países subdesenvolvidos é impossível sem antes estes passarem por um processo intenso de industrialização, Furtado (1966) enfatiza que, aqui na América Latina, o processo de industrialização foi mal conduzido e, com isso, os países tenderam à estagnação econômica. De acordo com Furtado (1966), existe um conflito entre interesses dos grupos que controlam o processo de formação de capital e os da coletividade como um todo, sempre que se admita que esta última aspire maximizar o bem-estar social. Neste sentido é que se pode atribuir ao problema da estagnação latino-americana um caráter estrutural, pois o processo de industrialização na América Latina ocorreu pela atuação de certos grupos sociais empenhados em maximizar os benefícios materiais e influenciar os demais grupos componentes da sociedade sem exigir ou provocar mudanças fundamentais na estrutura social.

Mesmo que os países consigam se industrializar, Kalecki chama a atenção para o fato de que os empresários podem até aceitar a intervenção do governo para sair de uma depressão, mas não admitem a intromissão do Estado na tentativa de buscar e manter o pleno emprego. Enquanto Furtado aponta para

12 Para Tavares (2000, p. 137-138), essa classe dirigente foi formada pelo pacto de dominação e cumplicidade de natureza estrutural entre os agentes do dinheiro mundial e as burocracias do dinheiro nacional moldando a estrutura que enquadrou a formação de nossas elites "cosmopolitas" e o caráter mais ou menos dependente - ou associado - de nossa burguesia com o capitalismo financeiro internacional. Só que agora, com a colagem do dinheiro nacional ao mercado especulativo, ocorrida depois de 1992, a arbitragem do valor de nossa moeda descolou-se do poder público para as praças financeiras globais. Como o árbitro político-econômico não é mais o estado, Tavares (2000, p. 145) compreende que terminou o "desenvolvimento nacional associado", porque não há mais comando interno de decisões sobre a valorização privada do capital.

o fato de a classe dirigente não estar interessada em buscar o pleno emprego - sua única finalidade é reproduzir os padrões de bens de consumo dos países centrais -, Kalecki mostra a oposição política da elite do país às mudanças sociais e políticas que a manutenção do pleno emprego pode trazer consigo. Os empresários reprovam o investimento público para que não concorra com o investimento privado e também se recusam a permitir que o governo dê subsídio ao consumo popular, porque isso vai contra o princípio capitalista de conquistar o sustento através do esforço e individualidade. Os patrões temem perder o controle da economia, pois uma das formas de pressionar o governo a adotar políticas "sadias" é utilizar o fato de que, se o Estado desestabilizar o ambiente econômico, afetará o estado de confiança do empresário em investir. A demissão do trabalhador deixaria de exercer a função de medida disciplinar e a posição política dos patrões seria minada e abrir-se-iam as portas para a consciência da classe trabalhadora com greves e reivindicações salariais e melhores condições de trabalho, o que resultaria numa tensão política muito forte.

É justamente este ponto de convergência com Furtado, porque este autor nos mostra que existe um conflito entre os interesses dos grupos que controlam a formação de capital e os da coletividade como um todo. Os grupos que controlam o processo de industrialização utilizam-se de uma "tecnologia inadequada", que aumenta a produtividade do trabalho sem dividir os frutos do ganho do progresso técnico com o trabalhador. Essa tecnologia intensiva em capital não consegue absorver o enorme excedente marginalizado do mercado de trabalho, contribui ainda para a concentração de renda e não cria um mercado de massa socialmente integrado. A industrialização no Brasil poderia ter sido encaminhada por uma tecnologia mais simples que absorvesse maior quantidade de trabalhadores e, assim, ao avançar o progresso técnico, deveria dividir-se os ganhos de produtividade com a mão de obra para que o aumento da renda como um todo gerasse maior demanda por bens de consumo, que, por sua vez, exigiria o investimento nas indústrias de bens de capital e provocaria uma mobilidade social para que bens de maior valor fossem sendo substituídos. Para Furtado, o progresso técnico nos países desenvolvidos criou condições de estabilidade social, enquanto na América Latina criou enorme tensão social. Assim, as medidas adotadas para se buscar o pleno emprego seriam fortemente combatidas pela classe dirigente, citada por Furtado, pois a busca e manutenção do pleno emprego, como mostra Kalecki, não é aceita pelos capitalistas, que querem continuar auferindo os frutos do progresso técnico, sem precisar dividir com os trabalhadores.

Furtado faz uma comparação entre o avanço do progresso técnico como força que pode resolver os antagonismos de classes nos países avançados e componente de tensão social nos países subdesenvolvidos. Furtado (1966) começa explicando que, nos países de industrialização clássica, a pressão no sentido de elevação dos salários reais e, conseqüentemente, a tendência de a renda social ser redistribuída em favor dos assalariados - que acarretaria a redução na taxa de poupança da coletividade, declínio na taxa de investimen-

to e, por fim, estagnação - não ocorreu, porque os capitalistas têm nas mãos um poderoso instrumento, que são a orientação e o controle do progresso tecnológico, orientando essa tecnologia no sentido de poupar mão de obra e compensar a escassez relativa de força de trabalho. No desenvolvimento das economias avançadas, existe uma íntima conexão entre a orientação do progresso tecnológico, a disponibilidade relativa de fatores de produção e um certo consenso da coletividade no sentido de manter uma determinada taxa de poupança e investimento mediante a qual se assegura a estabilidade do sistema de distribuição da renda social, ao mesmo tempo em que satisfazem as aspirações de melhoria de vida da grande massa trabalhadora. O fator dinâmico básico está na pressão social dos trabalhadores para aumentar a participação no incremento do produto; essa pressão não chega a comprometer o processo de desenvolvimento, porque a classe capitalista contorna esse problema com uma tecnologia poupadora de mão de obra. Ao se apoiar no avanço da tecnologia para preservar a participação no produto social, a classe capitalista compromete-se com o desenvolvimento, pois o avanço da técnica dificilmente poderia se conciliar com uma economia estagnada.

Supondo que haja significativo aumento de produtividade no setor não agrícola, ressalta Kalecki, o emprego correspondente a um determinado nível de produção cairá em proporção inversa ao aumento da produtividade. Se a distribuição da renda entre capitalistas e trabalhadores, ou seja, se não houver o repasse do aumento da produtividade do trabalho aos salários, isso causará queda da massa salarial; a procura de alimentos será, assim, reduzida e os preços declinarão. O outro extremo é o caso em que a produtividade não se eleva e o aumento da produção industrial é conseguido meramente pela transferência de população do campo para as cidades. Em tal caso, o desemprego estará sendo diminuído radicalmente, mas, ao mesmo tempo, seria difícil expandir a produção agrícola de forma a satisfazer a crescente demanda urbana. "O padrão ótimo está usualmente entre esses dois extremos: o aumento da produção industrial deveria ser baseado na elevação tanto da produtividade como do emprego" (KALECKI, 1953, p. 150), o que pode ser encontrado também na análise de Furtado.

Por fim, Furtado (1966, p. 12-3) faz uma análise interessante: nas economias capitalistas desenvolvidas, os problemas de natureza social, decorrentes de conflitos de grupos e classes sociais empenhados em melhorar a posição na distribuição da renda, tiveram a sua solução preparada pelo próprio avanço da técnica, ou seja, os técnicos iam preparando as soluções para os problemas que surgiram dos conflitos sociais. Enquanto nas estruturas subdesenvolvidas, o problema se dá de modo diverso, pois a forma como penetra a técnica cria problemas com amplas projeções no plano social. Desta forma são os técnicos que, a serviço dos interesses individuais e grupos privados, criam problemas cujas soluções requerem decisões de natureza política.

Trazendo estas questões levantadas acima por Furtado, podemos utilizar o pensamento de Kalecki para apontar as decisões de ordem política que

poderiam ter sido tomadas para corrigir esses problemas que distorceram o processo de industrialização nos países subdesenvolvidos: (a) aumentar os impostos sobre os bens produzidos para a camada modernizada da sociedade como forma de frear a produção, que absorve pouca mão de obra; (b) aumentar o imposto sobre a renda dos ricos e simultaneamente reduzir a tributação dos bens essenciais de consumo ou pagar igual montante de auxílio às famílias, aumentando a propensão média a consumir; (c) utilizar esses recursos para investimentos em indústrias de bens de consumo popular, que utilizam técnicas mais simples, criam mais empregos e, portanto, elevam a renda e o consumo, contribuindo com a melhoria de vida da classe trabalhadora e a formação de um mercado socialmente integrado.

Kalecki tem como base teórica a obra de Marx em seus textos como forma de destacar que a política de luta de classes é inerente ao sistema capitalista. Segundo Furtado (1966, p. 11), o avanço do capitalismo moderno significou a criação de um novo tipo de sociedade estruturada em classes com antagonismos e complementaridade de interesses a um só tempo. O antagonismo se manifesta pela luta por melhores salários reais, ou seja, a classe trabalhadora está exigindo uma redistribuição da renda a seu favor, a qual opera contra os interesses dos capitalistas. Entretanto, a pressão que exerce a classe assalariada leva indiretamente ao avanço tecnológico e este à elevação da produtividade do conjunto de fatores, o que permite compensar o aumento dos salários reais. Dessa forma, o próprio antagonismo põe em movimento forças que permitem a sua superação. Trata-se de uma sociedade cujo dinamismo decorre do próprio antagonismo das classes que a constituem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Furtado, o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos é problema que implica modificação de estruturas de poder, redefinição das funções do Estado e mobilização de massas; no que se refere aos problemas do desenvolvimento, as tarefas mais difíceis são de caráter político e não técnico. Talvez esse pensamento seja o mais alinhado com o de Kalecki, segundo o qual a busca pelo pleno emprego e a superação do subdesenvolvimento tem restrições políticas dos que comandam o processo econômico. As similitudes entre Kalecki e Furtado estão, sobretudo, assentadas no papel desempenhado pela tecnologia industrial adotada na industrialização dos países subdesenvolvidos, pois ambos apontam para a existência de um “desemprego estrutural” no contexto do subdesenvolvimento.

Quanto à visão de Kalecki a respeito das políticas para o pleno emprego, é fundamental separar a GERAÇÃO do pleno emprego da MANUTENÇÃO do pleno emprego: apenas a segunda é reputada como politicamente inviável, sob o capitalismo, para o autor polonês. No contexto do subdesenvolvimento, as tensões políticas tendem a ser mais amplas/complexas, dada a

maior heterogeneidade dos grupos sociais e de seus respectivos interesses - o papel do capital externo e dos interesses a ele ligados é uma “exclusividade” das nações subdesenvolvidas e afetam a definição de um projeto nacional de desenvolvimento. Essa heterogeneidade é particularmente relevante para a definição dos rumos e possibilidades de desenvolvimento econômico nacional, já que um programa de desenvolvimento econômico nacional é, por excelência, um projeto de longo prazo e que, portanto, supõe uma determinada coalizão de forças políticas minimamente estável. E é aqui que as semelhanças com Furtado podem ganhar corpo: enquanto o controle político do processo de desenvolvimento (i.e., de tomada de decisões) estiver nas mãos de uma elite “culturalmente colonizada”, o modelo de desenvolvimento a ser adotado não será socialmente inclusivo nem estará voltado à ruptura com o padrão vigente de divisão internacional do trabalho.

Cabe notar que, na visão de Kalecki, o papel político do capital estrangeiro dentro dos países subdesenvolvidos é preponderante, constituindo um “obstáculo natural” a projetos de emancipação econômica. Visão esta compartilhada por Furtado, que via o controle da industrialização por empresas transnacionais como algo negativo, pois estas - ao contrário do que se passou no capitalismo tradicional onde a concorrência se dava via preços - praticam uma política de administração de preços e impedem que a elevação da produtividade se traduza em baixa de preços e elevação da renda real. Outro problema destacado por Furtado é que as principais atividades ligadas ao mercado interno são controladas por empresas estrangeiras com projetos próprios de expansão internacional, pouco conhecidos ou controlados pelos governos dos países onde elas atuam e nem sempre correspondem aos interesses e anseios da coletividade local.

Kalecki, por ter sido influenciado pela obra de Marx, destaca a luta de classes no sistema capitalista como forma de cada grupo tentar aumentar a participação na renda nacional. Mas como ele bem escreve, um aumento dos salários reais não diminui o lucro dos capitalistas, mas também não é suficiente para alterar a distribuição funcional da renda, porque haverá um aumento do lucro e dos salários e a distribuição da renda permanece inalterada. Portanto, ele concorda com Furtado, para qual o aumento dos salários reais deve ser fruto do aumento de produtividade do trabalho, assim como foi a solução encontrada nos países de industrialização clássica para resolver o antagonismo das classes sociais. Aqui no Brasil seria necessária a intervenção política para dosar o avanço da tecnologia com a absorção do excedente de mão de obra. Mas, como mostra Furtado (1966, p. 35):

Essas modificações podem ser planejadas e provocadas, conseguindo-se, por essa forma, acelerar o processo de “modernização” de uma sociedade. Esse tipo de política racional de desenvolvimento, provocando conscientemente modificações nas estruturas sociais, dificilmente pode ser promovida pelos grupos dominantes usufrutuários dos privilégios criados pelas velhas estruturas.

BRESSER-PEREIRA, L.C. (2007). Celso Furtado: o desenvolvimento como missão. In: SABOIA, J.; CARDIM DE CARVALHO, F. (org.) Celso Furtado e o século XXI. Barueri: Manole, p. 61-80.

FURTADO, C. (1966). Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (1967). Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. (1968). Um projeto para o Brasil. Rio de Janeiro: Saga.

_____. (1972). Análise do "modelo" brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (1974). O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1980). Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Nacional.

_____. (1984). Cultura e desenvolvimento em época de crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (2000) Michal Kalecki. Blog do Economista Everaldo Leite, 2010. Disponível em <<http://everleit.wordpress.com/2010/02/24/michal-kalecki/>>. Acesso em 20/01/2012.

GTDN. (1959). Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. In: VERSIANI, F.R.; BARROS, J.R.M. (org.) Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização. São Paulo: Saraiva, 1978, p. 293-338.

KALECKI, M. (1935). O mecanismo da recuperação econômica. In: MIGLIOLI, J. (org.) Kalecki: economia. São Paulo: Ática, 1980, p. 60-67.

_____. (1943). Os aspectos políticos do pleno emprego. In: MIGLIOLI, J. (org.) Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo: Hucitec, 1977, p. 54-60.

_____. (1944). Três caminhos para o pleno emprego. In: MIGLIOLI, J. (org.)

Kalecki: economia. São Paulo: Ática, 1980, p. 75-97.

_____. (1953). O problema do financiamento do desenvolvimento econômico. In: MIGLIOLI, J. (org.) Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo: Hucitec, 1977, p. 141-163.

_____. (1960a). O desemprego em países subdesenvolvidos. In: KALECKI, M. Economias em desenvolvimento. São Paulo: Vértice, 1987, p. 19-21.

_____. (1960b). Problemas financeiros do terceiro plano: algumas observações. In: KALECKI, M. Economias em desenvolvimento. São Paulo: Vértice, 1987, p. 138-145.

_____. (1967). Observações sobre aspectos sociais e econômicos dos "regimes intermediários". In: KALECKI, M. Economias em desenvolvimento. São Paulo: Vértice, 1987, p. 32-39.

_____. (1968a). A diferença entre os problemas econômicos cruciais das economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas. In: MIGLIOLI, J. (org.) Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo: Hucitec, 1977, p. 133-140.

_____. (1968b). Determinação da taxa de crescimento de uma economia socialista subdesenvolvida. In: MIGLIOLI, J. (org.) Kalecki: economia. São Paulo: Ática, 1980, p. 191-204.

_____. (1971). Luta de classe e distribuição da renda nacional. In: MIGLIOLI, J. (org.) Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo: Hucitec, 1977, p. 92-101.

MIGLIOLI, J. (1977). Introdução. In: MIGLIOLI, J. (org.) Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo: Hucitec, p. I-XIII.

_____. (1980). Introdução. In: MIGLIOLI, J. (org.) Kalecki: economia. São Paulo: Ática, p. 07-36.

MOTTA E ALBUQUERQUE, E. (2007). Celso Furtado, a polaridade modernização-marginalização e uma agenda para a construção dos sistemas de inovação e de bem-estar social. In: SABOIA, J.; CARDIM DE CARVALHO, F. (org.) Celso Furtado e o século XXI. Barueri: Manole, p. 181-203.

PELLEGRINO, A.C.G.T. (2005). Nas sombras do subdesenvolvimento: Celso Furtado e a problemática regional no Brasil. Campinas: Alínea.

PREBISCH, R. (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.) Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000. volume 1, p. 69-136.

SAMPAIO Jr., P.A. (1999). Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente. Petrópolis: Vozes.

TAVARES, M.C. (2000). Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: TAVARES, M.C. (org.) Celso Furtado e o Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 129-154.

_____.; SERRA, J. (1971). Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.) Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000. volume 2, p. 589-608.

VERSIANI, F.R. (1988). O impacto de Keynes no pensamento latino-americano. In: Revista Análise Econômica. UFRGS: no. 9, nov87-mar/88, p. 39-47.